

MOVIMENTO LGBTQIAPN+ NO BRASIL

Layliene Kawane de Souza Dias¹

RESUMO: O presente trabalho tem como intuito apresentar o desenvolvimento do movimento LGBTQIAPN+² na particularidade brasileira, não perdendo de vista sua posição no interior da sociedade capitalista. Deste modo, objetiva-se apresentar uma concepção de movimentos sociais, o surgimento dos “novos movimentos sociais”, bem como do movimento LGBTQIAPN+ e seu desenvolvimento no Brasil. Destaca-se que a apreensão da realidade social exige o reconhecimento das relações sociais de classe, raça, gênero e sexualidade, tendo em vista que, na sociabilidade capitalista, são elas que conformam as classes sociais e, portanto, suas lutas sociais.

Palavras-chave: LGBTQIAPN+; Movimentos Sociais; Relações Heteropatriarcais; Gênero; Sexualidade.

ABSTRACT: The present work aims to present the development of the LGBTQIAPN+ movement in Brazilian particularities, without losing sight of its position within capitalist society. In this way, the objective is to present a conception of social movements, the emergence of “new social movements”, as well as the LGBTQIAPN+ movement and its development in Brazil. It is noteworthy that the apprehension of social reality requires the recognition of social relations of class, race, gender and sexuality, considering that, in capitalist sociability, they are what shape social classes and, therefore, their social struggles.

Keywords: LGBTQIAPN+; Social movements; Heteropatriarchal Relations; Gender; Sexuality.

INTRODUÇÃO

Compreender a organização dos movimentos sociais na contemporaneidade nos exige, primeiramente, situá-los no interior da sociedade capitalista e seus antagonismos, onde temos de um lado uma classe detentora dos meios de produção e da propriedade privada (capitalista) e de outro, uma classe que possui sua força de trabalho para vender (trabalhadora). Neste processo, a classe capitalista se apropria da riqueza socialmente produzida pela classe trabalhadora, ou seja, ao mesmo tempo que há o aumento da acumulação capitalista de um lado, do outro, há também a agudização da miséria da classe operária, o crescimento de uma

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestranda no Programa de Pós Graduação em Serviço Social (PPG/SS) pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

² Lésbicas, Gay, Bissexuais, Transexuais e Travestis, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual, Não-Binária e outras manifestação de gênero e sexualidade.

superpopulação relativa³, assim como do pauperismo⁴ (Marx, 2023). São estas as contradições entre capital e trabalho que irão permear as classes sociais, bem como suas relações sociais.

Dito isto, cabe ressaltar que os movimentos sociais estão inseridos no interior da sociedade capitalista e, deste modo, precisam ser apreendidos em uma perspectiva classista. A classe constitui um aspecto determinante para a concepção e organização de tais movimentos, ainda que não seja o único, conforme nos aponta Galvão (2011, p. 15): “Assim, ainda que nem todas as reivindicações sejam de classe, e nem todos os conflitos sejam anticapitalistas, essas reivindicações e conflitos podem se articular, de diferentes maneiras, com as reivindicações de classe”.

Os movimentos sociais são expressões das lutas de classes (Galvão, 2011), tendo como ponto de partida a auto-organização da própria classe operária, isto, no entanto, não significa uma hegemonia no que se refere ao entendimento de tais movimentos. Podemos destacar, por exemplo, como elemento para a apreensão das disputas em torno destes movimentos, a crise do Capital nos anos 1960, que apresenta uma característica nova e fundamental, de não ser mais cíclica e sim estrutural.

Tal crise irá modificar as relações de produção e reprodução no sistema capitalista, que ocorre no mesmo período em que surgem os “novos movimentos sociais” defendendo que as formas de opressão e exploração ultrapassam o mundo da produção (Galvão, 2011), ou seja, um entendimento que reduz tais relações apenas ao mercado produtivo/industrial e não como algo que engloba toda a estrutura da sociedade capitalista. A influência do pensamento pós-moderno, marca a gênese de tais movimentos sociais, que trazem junto de si pautas que até então eram ignoradas ou secundarizadas pelos movimentos especificamente classistas. Acreditamos que seja possível, e necessária, uma leitura crítica e marxista desses novos movimentos sociais.

³ Trata-se de massas de trabalhadores excedentes ao modo de produção capitalista, divididas, segundo Marx (2023), da seguinte forma: *população flutuante* que se refere aos trabalhadores que ora são atraídos ora são repelidos pelo processo produtivo; *latente*, referente a população rural que vê seus postos de trabalho sendo substituídos por maquinários e muitas vezes precisam se transferir para áreas urbanas; e *estagnada*, formada por parte da classe trabalhadora em ocupações irregulares e temporárias, tendo como característica principal “[...] o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário.” (Marx, 2023, p. 718)

⁴ Segmento mais baixo da superpopulação relativa, composto por três categorias: os aptos ao trabalho; os órfãos e filhos de indigentes; e os incapacitados ao trabalho, pessoas com deficiência, doentes, viúvas e etc. (Marx, 2023). O pauperismo, deste modo, “[...] constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva.” (Marx, 2023, p. 719)

Para tanto, o movimento precisa ser realizado em via de mão dupla, de um lado se faz necessário a compreensão e reconhecimento dos movimentos sociais que versam sobre distintas formas de exploração e dominação, para além da classe exclusivamente, sejam elas de raça, etnia, gênero, sexualidade, etária e etc. Do outro, também se faz necessário, localizar tais movimentos no interior da sociedade capitalista, ou seja, reconhecer que as contradições entre diferentes classes sociais conformam as relações sociais às quais estamos inseridos (Galvão, 2011).

Ao longo das últimas décadas podemos visualizar a proximidade das esquerdas partidárias junto a estas bandeiras de lutas (antirracista, antilgbtqiapn+fóbica, anticapacitista, entre outras) e demais segmentos sociais, ainda que isto tenha ocorrido de maneira lenta e até mesmo tardia (Cisne, Santos, 2018).

RELAÇÕES HETEROPATRIARCAIS DE GÊNERO E SEXUALIDADE: BREVES CONSIDERAÇÕES

Destaca-se inicialmente, que a perspectiva aqui adotada se refere a sexualidade e identidade de gênero enquanto construções históricas e sociais. De acordo com Nogueira, Pereira e Toitio (2020), gênero designa as inúmeras formas de construção objetiva e subjetiva do “ser homem” ou “ser mulher”, que leva em consideração as condições biológicas (genitália), mas não se esgotam nas mesmas. Estes mesmos autores (2020) irão apontar que a sexualidade, que diz respeito aos desejos afetivos e/ou sexuais, apresenta-se como uma construção histórica-ontológica e corresponde às necessidades materiais e subjetivas de cada época, podendo se alterar dependendo dos processos políticos, econômicos, sociais e culturais que a permeiam.

Historicamente, com a imposição da propriedade privada, divisão sexual do trabalho, heterossexismo⁵ e cisgeneridade⁶, as relações de sexualidade e de gênero foram constrangidas a uma lógica predominante, nas quais são direcionadas funções e papéis específicos ao “ser homem” e ao “ser mulher”⁷, na perspectiva de produção e reprodução da ordem social vigente.

⁵ Sistema ideológico que nega e estigmatiza qualquer relação e/ou comportamento não heterossexual. Trata-se do “[...] sustento social do patriarcado sob padrão de reprodução heteronormativa do núcleo familiar monogâmico burguês (hétero e branco).” (Leite, Melo, 2021, p. 68).

⁶ Condição em que o indivíduo se identifica com o gênero que lhe foi atribuído em seu nascimento.

⁷ Destaca-se, ainda, a existência de sujeitos que não se enquadram na lógica binária de gênero, ultrapassando as concepções do ser feminino e/ou masculino, ainda que estas tenham pouca visibilidade no interior da sociedade capitalista.

Tal apreensão, não trata-se de reduzir a sexualidade e identidade de gênero às relações de exploração e dominação, mas sim apontar que são estes os elementos que vêm estruturando as constituições de “ser homem” ou “ser mulher” na sociedade contemporânea. No interior da lógica capitalista estes papéis (de gênero e sexualidade) são utilizados como formas de reforçar a manutenção do *status quo*.

Ao longo da história, sobretudo após o surgimento da propriedade privada, desenvolveu-se um modelo exclusivo de família⁸, a monogâmica. É justamente neste período, com o início da agropecuária, que as noções de incesto, adultério e relações homossexuais passam a ser condenadas, visto que, temos o surgimento do sistema de herança (a passagem da propriedade privada de pai para os filhos homens) que exigia o reconhecimento de parentesco (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020; Engels, 2019).

A noção de propriedade privada também irá influenciar o destino de mulheres e homens numa mesma sociedade, em função da necessidade da “proteção” da propriedade, temos o início da divisão sexual do trabalho (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020; Engels, 2019). Nesta concepção de família monogâmica cabia às mulheres o cuidado da casa, dos filhos, bem como a reprodução biológica de futuros herdeiros, e ao homem cabia o exercício do trabalho e o direito sobre a vida das mulheres e filhos (Engels, 2019). Deste modo, houve a construção da única forma legítima de família, que se refere à monogâmica, patriarcal e heterossexual (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020), modelo este que é consolidado no processo de formação do modo de produção capitalista.

De acordo com Nogueira, Pereira, Toitio (2020), a divisão sexual do trabalho, para além da vinculação da mulher aos cuidados com a casa e família, pressiona a criação de dois gêneros, o masculino e feminino, que por sua vez, só podem se relacionar entre si, numa lógica heterossexual. Temos, portanto, a construção de relações heteropatriarcais de gênero e sexualidades hegemônicas:

Se as relações patriarcais de gênero não foram inventadas pelo capitalismo, este demandou novas formas de controle da sexualidade e do corpo da mulher. O início do capitalismo é marcado pela violência institucionalizada contra a diversidade sexual e de

⁸ Engels em “A Origem da família, da propriedade privada e do Estado” apresenta os diferentes modelos de família até a idade moderna e a concepção socialmente construída da família monogâmica. De acordo com o autor (2019), derivado da palavra *Famulos* - referente a conjunto de escravos domésticos -, família é um termo que em seu princípio remete a uma organização social onde o homem detinha seu poder sobre as mulheres, seus filhos e um conjunto de escravos (Engels, 2019).

gênero e para garantir a intensa subordinação das mulheres e sua manutenção no espaço doméstico. (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020, p. 40-41).

Diante do exposto, e reconhecendo o trabalho como elemento central na formação das relações sociais, convém reforçar que para além de uma divisão social, temos também uma divisão sexual e racial do trabalho, sobretudo se considerarmos a particularidade brasileira.

Para Cisne e Santos (2018), na sociedade heteropatriarcal-racista-capitalista essas três dimensões se relacionam entre si: i) *divisão social*, referente às relações entre classes sociais; ii) *divisão racial*, referente às relações de raça e etnia; e iii) *divisão sexual*, fundada nas relações sociais de sexo, que aqui assumi-se, como relações sociais de gênero e sexualidade.

Assim, no Brasil, temos a fundição destes três sistemas em um só, o *sistema heteropatriarcal-racista-capitalista*, ou o “nó” como apresenta Saffioti (1987, p. 60): “Com a emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão entre os três sistemas de dominação-exploração [...] Só mesmo para tentar tornar mais fácil a compreensão deste fenômeno, podem-se separar estes três sistemas.”.

Compreender tais relações, exige-nos ultrapassar o entendimento meramente subjetivo das mesmas e situá-las num contexto rodeado de determinações societárias, associadas ao trabalho enquanto fundante do ser social, sendo assim, faz-se necessário compreender o trabalho, indivíduo e diversidade humana de maneira articulada, em uma perspectiva de totalidade e como síntese de múltiplas determinações (Cisne, Santos, 2018).

Numa perspectiva de totalidade é necessário apontar que as relações heteropatriarcais de gênero e sexualidade, assim como as etnico raciais, conformam as classes sociais e suas relações, possuindo uma base material:

Em síntese, as classes sociais, a propriedade privada e a forma de mercadoria estruturam o capitalismo, as relações sociais de sexo, o patriarcado e as relações sociais de raça, o racismo. Essas três relações sociais, por serem permeadas pela exploração da força de trabalho, são estruturantes da totalidade da vida social, do sistema heteropatriarcal-racista-capitalista. (Cisne, Santos, 2018, p. 76)

Sendo assim, o heteropatriarcado e racismo foram “historicamente construídos e decorrentes de relações materiais de exploração e opressão” (Cisne, Santos, 2018, p. 76). Isto, em contrapartida, não significa apontar o capitalismo como criador do heteropatriarcado e

racismo, mas sim como potencializador dessas formas de opressão, dominação e exploração, o sistema capitalista se apropriou dessas condições para se reproduzir em larga escala.

MOVIMENTO LGBTQIAPN+ NO BRASIL:

No Brasil, compreender tais concepções de gênero e sexualidade, bem como o movimento LGBTQIAPN+ na contemporaneidade, nos remonta ao processo de formação sócio-histórica de nosso país, extremamente violento, marcado pelo extermínio dos povos originários e escravização dos povos negros africanos, sequestrados de seu continente de origem. A Igreja Católica assume, neste período, papel fundamental de catequização dos povos indígenas e condenação das relações que fugiam à norma heterossexual. Cabe ressaltar que as práticas de sodomia⁹, já eram comuns entre os povos originários que aqui habitavam (Trevisan, 2018), assim como no continente africano (Gomes, 2015), onde, inclusive, “homens” se vestiam e se portavam como “mulheres”, assumindo papéis desempenhados pelas mesmas.

No Brasil Colônia, com a imposição do crime de sodomia, tais práticas foram censuradas e, assim, as únicas relações afetivas e sexuais não condenadas diziam respeito ao casamento heterossexual monogâmico entre homens e mulheres brancos, sendo as relações sexuais voltadas para a reprodução biológica (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020). No entanto, sabemos que a história possui ainda mais violência, o casamento forçado de mulheres indígenas com portugueses, estupro de mulheres negras escravizadas e o domínio dos homens brancos sobre todos.

A noção de pecado, a visão dicotômica entre carne e espírito e, sobretudo, o matrimônio religioso como a única forma possível de constituir família eram formas como a religião disciplinava as relações de sexualidade e de gênero. A prática sexual e a realização dos desejos da carne eram desaprovadas violentamente. A única relação sexual que não era considerada pecado era a relação heterossexual, monogâmica e voltada para a reprodução. E isso dentro da família patriarcal, em que a sexualidade das mulheres brancas poderia ser controlada cotidianamente, enquanto as mulheres escravizadas eram obrigadas a servir sexualmente (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020, p. 85).

⁹ Segundo Flores (2012, p. 125) a prática de sodomia, trata-se de “[...] perversão sexual, de maneira restrita era o coito anal praticado em homem, mulher ou animal. Neste caso também era chamado de crime nefando. A palavra tem sua origem na cidade Sodoma, um antro de perversões sexuais, segundo a Bíblia. As leis portuguesas e espanholas eram severas quanto à prática de qualquer tipo de sodomia.”

Ainda que não seja nossa intenção, no momento, aprofundar o debate das relações sociais deste período, este recorte histórico nos coloca em local de compreensão das particularidades da realidade brasileira contemporânea, uma sociedade ainda marcada pelo racismo, sexismo, machismo e LGBTQIAPN+fobia e ancorada em pilares conservadores e classistas. Essa forma truculenta de tratamento de sujeitos não heterossexuais é, para Nogueira, Pereira e Toitio, “a expressão de uma sociedade assentada em desigualdades sociais e que naturalizou a violência como forma de “civilizar” seu povo.” (2020, p. 114).

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE SUJEITOS LGBTQIAPN+ NO BRASIL: DISPUTAS E TENSÕES

Tratar sobre o movimento LGBTQIAPN+ nos remonta ao episódio que ficou conhecido como “Revolta de *Stonewall*”¹⁰, uma rebelião que eclodiu na cidade de Nova York em 1969, quando policiais tentaram invadir o bar frequentado por sujeitos LGBTQIAPN+, que culminou em um conflito violento. A partir desse ocorrido tais indivíduos passaram a se organizar e responder a violência policial, protestando e se colocando contrários a estes episódios violentos, neste período, formou-se em várias cidades dos Estados Unidos (EUA) o “*Gay Liberation Front*” (GLF) que defendia assumir a identidade sexual como um ato político (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020).

Ao final dos anos 1960 emergiram diversos outros movimentos sociais radicais, como é o caso do movimento feminista e negro. De acordo com Nogueira, Pereira e Toitio (2020), foi o partido “Pantera Negra para Autodefesa” que influenciou o movimento homossexual a se radicalizar buscando direitos civis e sua autodefesa. Cabe destacar que neste período estes indivíduos (LGBTQIAPN+) eram perseguidos, violentados e punidos por leis nestas regiões centrais, sobretudo nos EUA e países da Europa (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020). Ainda que o capitalismo não tenha aprovado abertamente a violência contra essa população, utilizou-se dela para expansão e sucesso de sua fase moderna, entretanto, ressalta-se que não foi só nas sociedades capitalistas que a ideia da homossexualidade como doença ou pecado foi difundida, temos também, por exemplo, forte perseguição aos homossexuais no período stalinista (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020).

¹⁰ Stonewall era um bar frequentado pela população LGBTQIAPN+ onde, no dia 28 de junho de 1969, clientes reagiram a mais uma das frequentes batidas policiais no local. O episódio foi um marco para a organização política do movimento e a data ficou conhecida como o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+.

Segundo estes mesmos autores (2020), o movimento operário, desenvolvido ao longo do século XIX, se apresenta como precursor da organização política de outros movimentos sociais e é no fim deste mesmo século que surgem as primeiras iniciativas de defesa dos direitos de indivíduos homossexuais. Aponta-se, no entanto, que tais lutas sociais também não se encontravam livres de reproduzirem contradições e desigualdades (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020), temos, como exemplo, o destaque de homens gays no interior do movimento que, historicamente, sempre tiveram maior visibilidade do que as mulheres e demais identidades de gênero.

O movimento homossexual da época era majoritariamente destinado aos homens gays, que conquistaram a hegemonia da agenda política bem como da linguagem do movimento (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020). A maior disponibilidade dos homens em se organizarem politicamente fizeram com que tais demandas coletivas fossem monopolizadas, visto que:

A divisão sexual do trabalho, que remete a mulher ao espaço privado-doméstico e o homem para o espaço público-produtivo, possibilitou o protagonismo dos homens gays na organização do movimento político contra o heterossexismo. Por consequência, a voz e os interesses gays passaram a predominar diante dos outros segmentos, os quais construíam aos poucos uma identidade coletiva própria (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020, p. 128-129).

Isto não significa colocar em dúvida a trajetória de lutas realizadas pelos homens gays, mas sim de apontar que até mesmo no interior deste movimento as mulheres e demais identidades de gênero foram historicamente invisibilizadas e até mesmo silenciadas.

No Brasil, a organização política de sujeitos LGBTQIAPN+ tem início a partir da década de 1970 e isto só é possível com o retorno dos exilados durante o período da ditadura civil militar, que tiveram contato com o mundo exterior e suas lutas a respeito da liberação homossexual (Trevisan, 2018). As primeiras iniciativas de formação de grupos homossexuais nos centros urbanos brasileiros, que ainda viviam os efeitos do período ditatorial e gradativamente experimentavam a abertura democrática, estavam rodeadas de questões referentes à importância desse debate frente ao momento político em que o país se encontrava, questionando-se, como demonstra Trevisan (2018) se: “[...] seria politicamente válido que nos reuníssemos para discutir sexualidade, coisa considerada secundária no grave contexto político brasileiro?” (Trevisan, 2018, p. 315)

De acordo com Trevisan (2018), em 1978 diferentes grupos de mulheres, inseridas dentro de organizações partidárias de esquerdas, começavam a levantar, numa perspectiva feminista, debates como sexualidade e aborto. Neste mesmo período outros grupos emergiram e passaram a buscar espaço no cenário político, levantando suas bandeiras de luta, como é o caso do movimento negro e ativistas ecológicos. As temáticas até então inéditas no cenário político brasileiro não causaram grande entusiasmo nas esquerdas, pelo contrário, para eles a sexualidade e racismo eram problemas pouco relevantes se comparada a problemática “maior”: a luta de classes (Trevisan, 2018). Para Trevisan (2018), a visão das esquerdas partidárias no período em questão, era que as lutas das “minorias” deveriam estar subordinadas à luta da classe operária, sendo esta mais importante e urgente do que qualquer outra.

Em 1979 surge o grupo “SOMOS: Grupo de Afirmação Homossexual” (Trevisan, 2018), onde homens e mulheres homossexuais passam a se organizar politicamente. Todavia, cabe apontar que esta relação não perdurou por muito tempo, visto que, motivadas pela maneira discriminatória e machista que eram tratadas, efeito do patriarcado e da adoção de uma conduta misógina por parte dos homens gays cisgênero, as mulheres passam a se organizar numa liga totalmente feminina (Trevisan, 2018). Ainda, não foram só as mulheres afetadas pela discriminação e preconceito no interior do movimento homossexual, travestis e transexuais também denunciavam a transfobia no interior do movimento, bem como negros e negras demonstravam o racismo presente no interior da organização (Trevisan, 2018).

Para além do preconceito, discriminação e hostilidades no interior do movimento homossexual, haviam também as disputas e desavenças políticas. Em 1979 foi dado início a organização do I Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados, que ocorreu no ano seguinte durante o mês de abril, em São Paulo. Segundo Trevisan (2018), durante este encontro foram fortes as tensões políticas que colocavam em discussão a autonomia dos grupos de liberação homossexual junto aos partidos políticos. Uma parte dos participantes do Encontro criticavam a cooptação do movimento homossexual pelas esquerdas partidárias, a “infiltração” de trotskista no interior do grupo SOMOS¹¹, bem como o processo de “domesticação” do grupo (Trevisan, 2018). Havia também aqueles que, em contrapartida, defendiam que o grupo

¹¹ Anos mais tarde houve a descoberta de um documento confidencial da Convergência Socialista que gerou grande revolta no interior do grupo SOMOS, visto que, tratava-se de um manual de instruções para cooptação do movimento homossexual (Trevisan, 2018).

SOMOS necessitava de um partido político que os representasse, de acordo com Santos (2016), por exemplo, a Convergência Socialista desempenhou papel fundamental para fomentar o debate a respeito da homossexualidade na arena política brasileira. Tais disputas resultaram, por fim, em caminhos políticos distintos aos integrantes do grupo SOMOS.

Para além das disputas políticas, a chegada da aids no país durante os anos 1980, conhecida como “peste” ou “câncer gay” (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020; Trevisan, 2018), também foi um fator importante para dissolução do grupo e demais organizações homossexuais. Neste período os movimentos de liberação homossexual passam a se mobilizar para enfrentamento da aids e, a partir da década de 1990, passam a atuar como organizações não governamentais, recebendo recursos públicos para o combate ao HIV-aids (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020).

A partir dos anos 2000, com o governo Lula (2003-2011) e Dilma (2011-2016), ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), a agenda LGBTQIAPN+ passa a ser tratada politicamente e muitos são os avanços neste cenário, onde temos, por exemplo: a criação do *Programa Brasil sem Homofobia*¹², lançado em 2004, que visava o combate à violência e preconceito contra a população LGBTQIAPN+ e previa o Projeto Escola sem Homofobia, consolidado durante o governo Dilma; o estabelecimento do *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT*¹³ em 2009; a constituição da *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*¹⁴ em 2011; entre outros.

Algumas outras conquistas, fruto da organização e luta do movimento, também merecem destaque, como é o caso do: reconhecimento da união estável entre casais homossexuais em 2011; direito da retificação de nome de pessoas trans e travestis em 2018; a criminalização da homofobia e transfobia em 2019; o direito a doação de sangue por sujeitos homossexuais em 2020; a adoção de crianças e adolescentes por casais homoafetivos; entre outros. Apesar da relevância de tais conquistas, cabe apontar que, majoritariamente, o reconhecimento de tais direitos foram iniciativas do Supremo Tribunal da Justiça (STF) e não do poder legislativo.

¹² Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf.

¹³ Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/39/LGBTI/Plano%20Nacional%20de%20Promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20Cidadania%20e%20Direitos%20Humanos%20LGBTI.pdf>.

¹⁴ Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html.

Isto porque, temos, em contrapartida, a consolidação e crescimento do movimento conservador no país. Trata-se de uma “nova” direita, composta pela bancada evangélica, ruralista e militar que, de acordo com Trevisan (2018), juntas se tornaram as mais influentes e numerosas no Congresso Brasileiro fazendo com que propostas e projetos para a população LGBTQIAPN+ fossem censurados e/ou barrados. Tal bancada teve influência centrada principalmente na figura de Jair Messias Bolsonaro, abertamente machista, racista e homofóbico, que concentrou amplas forças no combate às pautas LGBTQIAPN+ (Trevisan, 2018) e chegou à presidência da república nas eleições de 2018.

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Nos últimos anos, com a ascensão da direita brasileira, durante o governo Temer (2016-2019) e principalmente no governo Bolsonaro (2019-2022), presenciamos uma série de retrocessos no campo dos direitos da população e em especial a população LGBTQIAPN+. Para além das contrarreformas, desmonte das políticas públicas e avanço do ultra neoliberalismo, o contexto de pandemia, ocasionada pelo coronavírus SARS-CoV-2, foi outro agravante para tais lutas.

A pandemia escancarou ainda mais a divisão de classes em nossa sociedade, onde foi instaurada a política de morte, com pessoas destinadas a morrer e aquelas com direito a viver, foi a população pobre, preta e periférica as mais atingidas pela Covid 19, sem condições de realizar o isolamento social e arriscando suas vidas diariamente em seus postos de trabalho. Mattos (2020) destaca, ainda, que foram as mulheres que estiverem na linha de frente no combate à pandemia, visto o lugar historicamente associado às mesmas na divisão sexual do trabalho: “[...] uma das características da crise sanitária é evidenciar a importância do trabalho de cuidado, exercido de forma sub-remunerada no mercado de trabalho, majoritariamente, por mulheres e, de forma não-remunerada, nos lares, pelas mesmas mulheres.” (2020, p. 11).

Cisne e Santos (2018) ao tratar sobre a divisão sexual do trabalho não se limitam ao binarismo de gênero, mas buscam analisar outros elementos que compõem essas relações, como sexualidade e demais identidades de gênero. Deste modo, mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ ficam destinadas a determinadas ocupações no mercado de trabalho, muitas vezes associadas a profissões consideradas femininas, de cuidado e portanto menos valorizadas

(Cisne, Santos, 2018). Foram estas pessoas, sobretudo na área da enfermagem, que estiveram no enfrentamento direto a Covid-19.

Neste período, os indivíduos LGBTQIAPN+ enfrentaram diferentes formas de preconceito, discriminação e violências, como exemplo disso, temos a população trans e travesti, exposta diariamente a riscos, sendo trabalhadoras do sexo ou ocupando vagas em subempregos, e, muitas vezes, vivendo em situação de rua. Segundo o relatório da ANTRA (2023) a expectativa de vida dessas pessoas é de 35 anos e o Brasil segue sendo o país que mais mata essa população no mundo inteiro. Ainda, de acordo com o Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil, apenas no primeiro semestre de 2022 foram observadas 273 mortes violentas de pessoas LGBTQIAPN+ (Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil, 2023). O país segue silenciando e exterminando tais indivíduos.

Destaca-se, que estas taxas podem ser ainda maiores, tendo em vista que a não existência de dados governamentais oficiais a respeito da violência e mortes desta população constitui outro grande desafio ao movimento LGBTQIAPN+, população que continua invisibilizada em diferentes aspectos na arena política brasileira. Com o retorno do governo Lula (2023-2026), têm-se, novamente, um cenário de otimismo com as pautas que versam sobre a população LGBTQIAPN+, isto, no entanto, não significa a eliminação de tais problemáticas e preconceitos, tampouco que o segmento conservador de nosso país irá cessar os ataques contra tais movimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de relações sociais de classe, raça, gênero e sexualidade, na sociabilidade capitalista, conformam as classes sociais. Sendo assim, constituem a classe trabalhadora que, segundo Cisne e Santos (2018), é *una e diversa*. Deste modo, tratar sobre tais relações não se refere apenas a condições subjetivas ou identitárias, pois, as mesmas possuem materialidade na sociedade capitalista, sobretudo levando em consideração a particularidade brasileira. Faz-se necessário, desta forma, compreender que racismo e heteropatriarcado atravessam e estruturam as relações sociais entre classes e dão substância às relações de exploração e opressão no interior da sociedade capitalista (Cisne, Santos, 2018).

Assim, os novos movimentos sociais, para além da dinâmica de enfrentamento às diferentes formas de opressão, exploração e preconceito, possui também uma dimensão classista, visto que se encontram inseridos no interior desta mesma sociedade. Apontamos que as relações sociais, fundadas por meio do trabalho, no interior da lógica capitalista atingem de maneira diferente mulheres, pessoas negras, povos originários, pessoas com deficiência, população LGBTQIAPN+, entre outros segmentos.

Ainda que, contemporaneamente, o capital se aproprie de determinadas lutas para a produção de uma imagem “igualitária”, de respeito e apoio ao “outro”, sobretudo por meio da política de consumo, Nogueira, Pereira e Toitio (2020) apontam que o sistema capitalista se apropria de uma nova forma dessas subjetividades para exploração e dominação. Diante disto, o movimento LGBTQIAPN+, para além da luta por direitos igualitários, inserção na sociedade contemporânea, bem como do reconhecimento de tais identidades, necessitam ir além, ultrapassar os limites da sociabilidade capitalista, buscando a construção de uma nova ordem societária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BENEVIDES, B. G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2023.

CISNE, M; SANTOS, S. M. de M. dos. Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018.

ENGELS, F. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. **Boitempo**, 2019.

FLORES, M. Sexualidade no Brasil Colonial: Os Delitos da Carne. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 146, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihrgs/article/view/57514>. Acesso em: 05 dez. 2023.

GALVÃO, A. Marxismo e Movimentos Sociais. **Crítica Marxista**, n.32, p.107-126, 2011.

LEITE, G. A.; MELO, A. de. Patriarcado, Raça e Capitalismo: o heterossexismo como padrão de dominação, opressão e exploração de vidas LGBTI. **Emblemas**, v. 18, n. 1, 67-80, jan. - jun. 2021.

MATTOS, M. B. As lutas sociais no Brasil da pandemia: sinais de reorganização?. Esquerda Online, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/19/as-lutas-sociais-no-brasil-da-pandemia-sinais-de-reorganizacao/>. Acesso em: 27 out. 2023.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política: livro 1: O processo de produção do Capital / Karl Marx; Tradução de Rubens Enderle. - 3. ed. - São Paulo: **Boitempo**, 2023.

Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2021. Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). – Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2022. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2021/>. Acesso em: 14 mar. 2023.

NOGUEIRA, L.; PEREIRA, M.; TOITIO, R. O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais. 1. ed. São Paulo: **Expressão Popular**, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

SAFFIOTI, H. O poder do macho. São Paulo: **Moderna**, 1987.

SANTOS, G. G. C. **Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil**. Contemporânea, v. 6, n. 1, p. 179-212 Jan.–Jun. 2016. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/393/162>. Acesso em: 05 fev. 2024.

TREVISAN, J. S. Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. Ed. Rio de Janeiro: **Objetiva**, 2018.